



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 (DEZESSEIS) DO MÊS DE JULHO DE 2019 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (PÓRTICO).

Às 08:30 hs, conforme convocação do Presidente, Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 15/07/2019, reuniram-se os conselheiros titulares e suplentes cujas assinaturas constam da folha de presença em anexo na data e local acima indicado, para discutir as seguintes pautas do dia: **1) FMMA - atualização da situação do Fundo Municipal de Meio Ambiente; 2) Novas eleições - procedimentos a serem adotados. 3) Assuntos Gerais.**

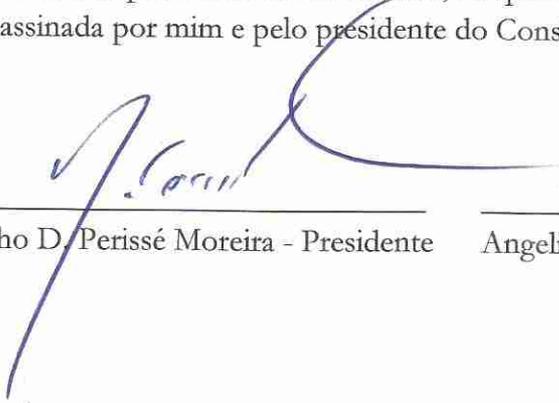
Tendo sido verificado quórum, iniciou-se às 09:00 hs, com quórum de 10 (dez) conselheiros titulares e/ou suplentes presentes, conforme estipula o Art. 18 do Regimento Interno do CMMA; o Presidente Rodolpho Perissé deu início à reunião, com a conselheira Angelita Ferreira da Silva secretariando, fazendo a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Nada mais a acrescentar, passou-se então para as seguintes discussões: **1) FMMA - atualização da situação do Fundo Municipal de Meio Ambiente** – o presidente abre a reunião dando a boa notícia que pela primeira vez houve um recurso depositado na conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, sendo isso um marco na luta que vem sendo travada desde 2014. A comissão gestora do fundo tem acesso e acompanha o extrato através da visualização dos movimentos da conta. O atual secretário do Meio Ambiente, Fernando Savino Lagoa assume a palavra e afirma que está fazendo um memorando, onde indica que todas as medidas compensatórias serão depositadas no fundo. E que em sua gestão foram recebidas duas medidas compensatórias, a primeira em mudas que estão sendo distribuídas e a outra foi o depósito no valor de R\$ 5.670,00 que entrou na conta criada pelo CMMA especificamente para medidas compensatórias no fundo. O valor foi depositado no dia 04 de julho de 2019, sendo que nesta conta só existe dotação para obras e ele quer criar outras dotações para que se tenha uma flexibilidade para executar outras medidas compensatórias. A conselheira Denise, disse que já foi solicitado essa modificação, para colocar a rubrica para prestação de serviços de terceiros e não foi atendido. Fernando disse que tem aproximadamente R\$ 160.000,00 em medidas compensatórias para entrar na conta do fundo. Foi levantado por ele a necessidade de uma gestão e planejamento para movimentar o fundo. E a criação de uma conta com a finalidade de receber os royalties do petróleo. O conselheiro Hector expõe que a separação do uso das fontes deve ser feita pela comissão gestora, para fiscalizar isso. Leonardo, atual secretário de Fazenda do município, diz que tecnicamente, o melhor é a criação de outra conta. Rodolfo questionou se poderia utilizar recursos de contas diferentes para um único projeto e Fernando respondeu que não teria problema em ter duas fontes para o mesmo uso. O presidente Rodolfo inicia o assunto sobre os Royalties e afirma a necessidade de se ter uma conta exclusiva para os Royalties, para se ter melhor visibilidade das flutuações dos valores depositados. Denise lembra que existem duas leis de medidas compensatórias por supressão e que estiveram na câmara técnica e fizeram a união das medidas compensatórias e está desde 2015 na procuradoria para ser finalizada. É uma ação que deve ser feita pois esta mudança se contradiz com a lei da criação do fundo. Fernando afirma que a lei diz que medida compensatória deve ser depositada no FMMA e cabe ao CMMA cobrar isso. Denise concorda que é necessário abrir uma conta somente para os royalties urgentemente. Rodolfo retoma pauta da reunião anterior sobre a necessidade de se refazer o PPA e a LOA, porque a nomenclatura está errada e o prazo é até agosto, quando a LOA deverá ser entregue. Entrando na questão dos projetos a serem realizados, Rodolfo afirma que é fundamental realizar o plano de manejo e a demarcação física do Manguê de Pedra com os recursos do fundo. Ainda sobre os royalties, Rodolfo lembra que de acordo com a lei orgânica 5% do valor dos royalties deve ser repassado para o FMMA e alega que esse valor pode chegar a

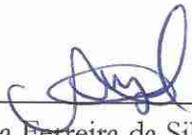


PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

R\$ 250.000,00 por mês, sendo que o CMMA ainda não tem condições de gastar essa quantia por mês. Diante da resistência que o governo tem de ceder, foi proposto por ele que se encontre uma maneira de flexibilizar a entrada desse recurso, visando a necessidade que o governo tem de também usar esse recurso dos royalties. Denise disse que o CMMA tem muitos projetos para serem realizados, entre eles a criação dos parques, projetos de saneamento, entre outros e que poderia ser feita contratação e o CMMA ficaria na administração. Hector alega que não fizeram muita coisa por falta de recursos e é a lei que estabelece assim, e nada garante que o dinheiro que não é utilizado através do FMMA será bem empregado pelo governo. O conselheiro Eduardo Rodrigues argumenta dando exemplo dos serviços ecossistêmicos, que são definidos como as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas à economia e ao bem-estar da humanidade e diz que o governo não investiu quase nada no meio ambiente e que este recurso dos royalties será um investimento para o município. A Conselheira Melyna Gonçalves tomou a palavra para dizer que esse valor não é muito pois os serviços prestados ao meio ambiente são caros por serem específicos. Romero Oliveira, disse que o primeiro passo para a realização dos projetos é a elaboração de um planejamento, e é importante que se tenha o recurso disponível para levar os projetos adiante até o fim. O secretário de Fazenda, Leonardo propôs uma transação gradual para a transferência do recurso dos royalties, colocando em questão a necessidade de quitar as dívidas do município. Disse que o prefeito tem a noção que é preciso gastar menos o recurso dos royalties, mas que antes é preciso aumentar o arrecadamento no município. O conselheiro Hector, afirma que Búzios deveria ser exemplo na preservação do meio ambiente e que se deve encontrar outras soluções para tapar os furos que estão na caixa da prefeitura. Romero sugeriu que o secretário de Fazenda colocasse uma proposta de projeto de redução dos 5% dos Royalties. O presidente Rodolfo sugeriu que a reunião de agosto fosse para resolver essa questão. Leonardo afirma que vai providenciar um acordo de transição e prazos, assim como os atrasados. Denise fala sobre pagar o atual e parcelar o retroativo. Rodolfo sugere que após Leonardo enviar a proposta, deve ter uma reunião extraordinária com as entidades civis para discutir o assunto e posteriormente encontrar uma forma de legalizar o processo. Para encerrar a reunião, entrou em pauta sobre **2) Novas eleições - procedimentos a serem adotados**, foi falado brevemente pelo presidente Rodolfo sobre a convocação para as eleições das entidades para compor o CMMA, que devem ocorrer com um mês de antecedência obedecendo os critérios territorial e setorial, sendo necessário a escolha de uma comissão eleitoral para avaliar o processo que será escolhida na próxima reunião.

A reunião deu-se por encerrada às 10:20hs, da qual foi lavrada presente ata por Angelita Ferreira da Silva e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.


Rodolpho D. Perissé Moreira - Presidente


Angelita Ferreira da Silva – Secretária Executiva